

Argentina

## **Argentina - Uma relação sinuosa com os Estados Unidos**

Andrés Malamud

A administração Bush deixou cair a Argentina, negando-lhe a ajuda económica de que tanto necessita. Mas o futuro das relações hemisféricas ainda passa por Buenos Aires, pois do relançamento do Mercosul, para o qual é uma peça-chave, depende o equilíbrio da Área do Comércio Livre das Américas.

Primeiro acto: Na década de 40, a Argentina desafiou a hegemonia hemisférica norte-americana quando recusou declarar guerra às potências do Eixo. Segundo acto: em meados dos anos 90, a Argentina passou a ser a “menina dos olhos” dos Estados Unidos, que a exibiam como modelo de sucesso de reforma, a imitar por toda a América Latina. Terceiro acto: em finais de 2001, a Argentina suspendeu os pagamentos e a economia entrou em colapso. Atribuindo o fracasso a causas internas, os Estados Unidos abandonaram-na e converteram-na no único mercado emergente da história a que os organismos internacionais de crédito recusam ajuda para superar uma crise terminal.

O parágrafo anterior resume os vaivéns da relação entre a superpotência do norte da América e o único país que foi o seu contrapeso a sul. As origens e a trajectória histórica dos encontros e desencontros entre a Argentina e os Estados Unidos são, no entanto, mais complexos. Perspectivar esta relação é um exercício útil, já que dos vínculos entre os dois países – juntamente com o papel-chave do Brasil – dependerá, em última instância, o êxito e a forma que assumirá a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

### ***Breve historial***

A Argentina, tal como os Estados Unidos, é uma sociedade sedimentar, formada a partir de diversas camadas de imigrantes, principalmente europeus, e a integração nacional deu-se sob a forma de melting pot. O país alcançou elevadas taxas de educação e urbanização durante o século XX, mas a sua estrutura industrial nunca alcançou um desenvolvimento comparável ao dos países avançados. Por volta de 1950, no entanto, a Argentina era responsável por cerca de metade do PIB de toda a América Latina. É então que se acentua a rivalidade com a grande república do norte.

Até à Segunda Guerra Mundial, a Argentina permaneceu na órbita da Grã-Bretanha. Como exportador privilegiado de matérias primas e importador de capitais e produtos manufacturados, alguns governantes da época chegaram a defini-la, com exagerada pompa, como “a gema mais preciosa da coroa britânica”. O novo cenário do pós-guerra, com a passagem da liderança mundial para as margens ocidentais do Atlântico, não foi compreendido pelos militares que governavam o país desde o golpe de estado de 1943. O candidato presidencial do regime, coronel Juan Perón, baseou a sua campanha eleitoral de 1946 no slogan “Braden ou Perón”. Braden, o embaixador norte-americano em Buenos Aires, converteu-se, assim, no símbolo do império que o nacionalismo peronista se proponha combater.

Em 1955, Perón foi derrubada por outro golpe militar. Desde então, e até 1989, sucederam-se vários governos, militares e civis, gerando um dos sistemas políticos mais instáveis do continente. Apesar de tantas mudanças, uma característica manteve-se constante: a orientação predominantemente anti-americana da política externa. Em 1989, outro presidente peronista, Carlos Menem, modificou de forma profunda e radical a relação entre os dois países: com base na teoria do realismo periférico, Menem pôs em prática uma política de alinhamento crítico, denominada pelo seu próprio ministro dos Negócios Estrangeiros de “relações carnis”. Mesmo que o ministro não o tivesse explicitado, o papel que cabia a cada uma das partes em semelhante relação estava, desde o princípio, muito claro.

A pedido dos Estados Unidos, a Argentina desactivou o seu plano de desenvolvimento de mísseis balísticos e nucleares e converteu-se no único país latino-americano a enviar tropas para a guerra do Golfo. A implementação de um plano de reformas económicas na linha do Consenso de Washington e a aceitação entusiástica da liderança mundial dos Estados Unidos contribuíram substancialmente para alterar uma relação historicamente conflitual, transformando a Argentina no país que a administração americana apresentava como modelo para toda a região.

### ***A actualidade***

A mudança da administração em Washington, em Janeiro de 2001, foi o fim de uma época. O governo de Clinton caracterizou-se pelo cariz multilateral das suas intervenções nas questões mundiais que, além disso, abarcaram todo o espectro de políticas, desde o big stick – sentido, entre outros, por Saddam e Milosevic – à grande cenoura – corporizada

em gigantescos pacotes de resgate económico como o atribuído ao México, em 1995, e à Rússia, uns anos mais tarde. A administração de George W. Bush, pelo contrário, provocou uma mudança brusca em direcção ao unilateralismo, condimentado com intervenções de política externa viradas mais para sancionar os bad boys do que para estimular os bons.

O Afeganistão e a Argentina foram as primeiras nações a ser notificadas da mudança de rumo em Washington. Enquanto o governo taliban recebeu uma prova contundente da vontade norte-americana de agir unilateralmente em defesa dos seus interesses nacionais – ou eleitorais –, os diversos governos argentinos demoraram um pouco mais a compreender a mensagem. Com as devidas ressalvas relativas ao caso afegão, a decisão de não conceder ajuda económica à Argentina aquando do seu escandaloso default está mais relacionada com a vontade de aplicar uma sanção exemplar do que com simples razões económicas. A ajuda maciça e imediata recebida pelo Brasil e pelo Uruguai, em circunstâncias semelhantes, assim o demonstra, já que, na visão dos decisores de Washington, a crise nestes dois países não foi causada pela irresponsabilidade dos seus governos e dos investidores.

A actual situação da América Latina está longe de ser auspiciosa para os Estados Unidos. A instabilidade da democracia na Venezuela, no Peru e no Paraguai, a profundidade da crise económica no Brasil e no Uruguai e a guerra civil na Colômbia juntam-se ao colapso argentino para produzir um cenário complexo e fragmentado. Nesse contexto, tanto a negociação de uma zona continental de comércio livre – a ALCA – como as políticas de Washington destinadas a combater o narcotráfico e o terrorismo encontram importantes obstáculos.

### ***O futuro***

Em 2001, a economia dos Estados Unidos representava quase 70% dos 34 países que negociavam a ALCA. Os dois parceiros dos Estados Unidos na NAFTA, Canadá e México, contribuíam com 6% cada um. O Brasil representava 8% e a Argentina 3%. Dos restantes, só a Colômbia e a Venezuela contribuem com mais de 1%. A importância da Argentina radicava não tanto na dimensão da sua economia como no facto de que a sua associação com o Brasil – através do Mercosul – poderia influenciar o desenrolar das negociações. Isto por que o bloco hemisférico ALCA só faria sentido se integrasse o Brasil, mas seria difícil que este aceitasse negociar bilateralmente com os Estados Unidos

quando a sua força radicava no facto de se constituir como núcleo do subcontinente sul-americano. E, para tal, o Mercosul era a melhor plataforma possível.

O colapso argentino modificou abruptamente a situação. Dado que as economias do México, da América Central e das Caraíbas já estão profundamente interligadas com a economia norte-americana, a chave, para os Estados Unidos, passa por incorporar a América do Sul. Para tal, o Brasil é crucial, mas a assimetria existente entre os dois países faz com que a estratégia brasileira passe por negociar em bloco. A função da Argentina é dar consistência a este bloco regional, mas a sua situação actual impede-o. Se o Brasil não conseguir equilibrar o peso nas negociações, a sua postura será mais desconfiada e menos receptiva às urgências americanas. Assim, as negociações e os resultados da ALCA dependerão da capacidade da Argentina para recuperar da queda e da atitude que adopte nas suas relações com os Estados Unidos e com o Brasil. Isto inclui tanto decisões sobre política monetária – dolarização ou coordenação macroeconómica no Mercosul – como sobre política externa – em relação ao alargamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao combate contra o narcoterrorismo.

Até Dezembro de 2001, as três economias mais fechadas do continente eram a Argentina, o Brasil e os Estados Unidos – por esta ordem. Por esta razão, e pela importância subregional de cada um, as relações entre este triângulo definirão a forma e o ritmo do acordo hemisférico para desenvolver os intercâmbios comerciais. Se a Argentina não recupera, o que é concebível, a ALCA não será muito mais do que uma zona de comércio ao arbítrio dos interesses norte-americanos. Se a Argentina se reconstrói e o Mercosul se relança, poderão ser restaurados os mínimos equilíbrios hemisféricos. Disso depende o futuro das relações com a Europa e com o resto do mundo.